



ASSOCIAÇÃO SINDICAL DOS FUNCIONÁRIOS DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL DA POLÍCIA JUDICIÁRIA

Membro fundador
Conselho Europeu de Sindicatos de Polícia



DIREÇÃO NACIONAL

DN 03/2017 – 22 de Junho de 2017

COMUNICADO

Caros Associados e Colegas,

No passado dia 19 de Junho de 2017, pelas 16h00, a Direção Nacional da Associação Sindical dos Funcionários de Investigação Criminal da Polícia Judiciária (ASFIC/PJ), reuniu em Lisboa, no Ministério da Justiça, com a Sr.^a Ministra da Justiça, Dr.^a Francisca Van Dunem, reunião essa, na qual a ASFIC/PJ se fez representar pelos seguintes dirigentes sindicais:

- a) Ricardo Valadas, Presidente Nacional;
- b) António Veiga, Secretário-Nacional;
- c) Rui Miranda, Secretário Nacional-Adjunto para a Organização e Acção Sindical;
- d) Daniel Silva, Secretário Nacional-Adjunto para a Área Jurídica e Contencioso.

Na reunião em apreço, que consideramos muito produtiva, decorreu de forma salutar e focada numa discussão assertiva e ponderada, onde foram debatidos nuclearmente os seguintes pontos:

- a) A negociação para a revisão dos Estatutos socioprofissionais e Lei Orgânica da Polícia Judiciária (PJ);
- b) O regime de classificações e de progressão na carreira de Investigação Criminal da PJ;
- c) A importância e o papel da Escola de Polícia Judiciária (EPJ) na PJ.
- d) O estado das instalações da Diretoria de Lisboa e Vale do Tejo (Lisboa), Departamento de Investigação Criminal de Braga e Diretoria do Sul em Faro.

Relativamente aos assuntos, debatidos, importa assim destacar:

- a) Reafirmou-se o compromisso de que, até ao final do corrente ano de 2017, decorrerá a negociação e definição para discussão, análise e aprovação dos Estatutos socioprofissionais e Lei Orgânica da PJ, tal como já tinha sido publicamente verbalizado pela Sr.^a Ministra da Justiça no final do ano de 2016, no Parlamento; no decurso desta discussão, que durou quase a totalidade do tempo da reunião, foram elencados pela Direção Nacional os problemas estruturais da PJ - identificados pela ASFIC - que necessitam urgentemente de ser reformados;
- b) É consensual que os modelos, atualmente em vigor, de classificação de serviço e de progressão na carreira de Investigação Criminal da PJ, não são os adequados para aferir as competências do capital humano existente na PJ e por tal, aquando da revisão e negociação Estatutária, os regimes de avaliação e progressão na carreira irão ser objeto de uma reflexão séria e rigorosa. O sistema a instituir deverá, assim, assentar num processo equitativo, transparente, isento, e orientado para uma avaliação contínua do desempenho,



ASSOCIAÇÃO SINDICAL DOS FUNCIONÁRIOS DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL DA POLÍCIA JUDICIÁRIA

Membro fundador
Conselho Europeu de Sindicatos de Polícia



DIREÇÃO NACIONAL

formação e aquisição de competências profissionais nas diferentes áreas de intervenção da PJ; Foi também repetido pela Sra. Ministra, a necessidade de reformular o processo de ingresso na Instituição de forma a agilizar este procedimento e restaurar os quadros de pessoal.

- c) É do entendimento da Sr.^a Ministra da Justiça que a EPJ, enquanto “berço” da organização PJ, é fulcral para o seu futuro e definição estratégica. Nesse sentido, urge dignificar aquele centro de conhecimento, restaurando-o fisicamente e dotando-o de valências técnico-científicas para continuar a preparar e doutrinar, nos campos teórico e operacional, aquela que é a polícia de investigação criminal por excelência.
- d) O Ministério da Justiça encontra-se empenhado em solucionar rapidamente e conjuntamente com as entidades responsáveis, os problemas identificados nas instalações da Diretoria de Lisboa e Vale do Tejo, Departamento de Investigação Criminal de Braga e Diretoria do Sul em Faro.

Por último, cumpre mencionar que a Sr.^a Ministra da Justiça enalteceu o trabalho que tem vindo a ser realizado pela ASFICP/PJ, destacando a atitude, assertividade, sentido crítico, de cooperação e ponderação demonstrados pela atual Direção Nacional, tendo ainda reforçado que o seu Ministério se encontra verdadeiramente empenhado em garantir a boa condução dos projetos de financiamento em curso e capacitar a PJ dos instrumentos legais necessários ao cumprimento da sua missão e atribuições.

Bem hajam.

O Presidente Nacional

Ricardo Valadas